

A comunicação pública da Prefeitura de Maceió e do Governo de Alagoas diante da crise criada pela Braskem em Maceió¹

Laura Nayara Pimenta²
Universidade Federal de Alagoas - Ufal

Resumo

O texto faz uma análise comparativa da comunicação pública feita pela Prefeitura de Maceió e pelo Governo do Estado de Alagoas, diante da crise gerada pelo colapso da mina 18 da Braskem. A análise mostra que Prefeitura e Governo adotaram estratégias comunicativas distintas, com a Prefeitura priorizando informar, minimizar tensões, destacar ações próprias e responsabilizar a Braskem. Já o Governo adotou tom mais crítico, qualificando o caso como crime e cobrando responsabilização, evidenciando disputas políticas e diferentes modos de construir suas imagens públicas.

Palavra-chave: Comunicação Pública; Desastre; Maceió; Braskem.

Resumo Expandido

Neste artigo, concentramos a análise em dois atores centrais nas controvérsias relacionadas à crise da mina 18 da Braskem em Maceió: a Prefeitura de Maceió e o Governo de Alagoas. Realizamos um estudo comparativo da comunicação pública dessas instituições diante do colapso da mina, com foco nos conteúdos divulgados em seus sites oficiais. A análise de conteúdo seguiu os parâmetros metodológicos descritos por Maia et al. (2022), com atenção especial ao componente enquadrado nas notícias e como o acontecimento foi qualificado.

Entendemos a comunicação pública como aquela que ocorre na esfera pública e envolve o debate público e aberto sobre temas de interesse público. Também compreende-se tal comunicação como estruturas e práticas do setor público que dizem respeito à responsabilidade que este tem de informar e definir uma relação com a sociedade civil, por meio de canais de escuta e de participação (Pimenta, 2015; Bucci, 2022). Miola e Marques (2024), por sua vez, definem a Comunicação Pública de Estado (CPE) como aquela realizada por agentes estatais com base em princípios republicanos, estruturada em duas dimensões: uma normativo-democrática, que visa à participação e transparência, e outra institucional, voltada ao fortalecimento da cidadania e da confiança

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Curso de Relações Públicas e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Alagoas, e-mail: laura.pimenta@ichca.ufal.br

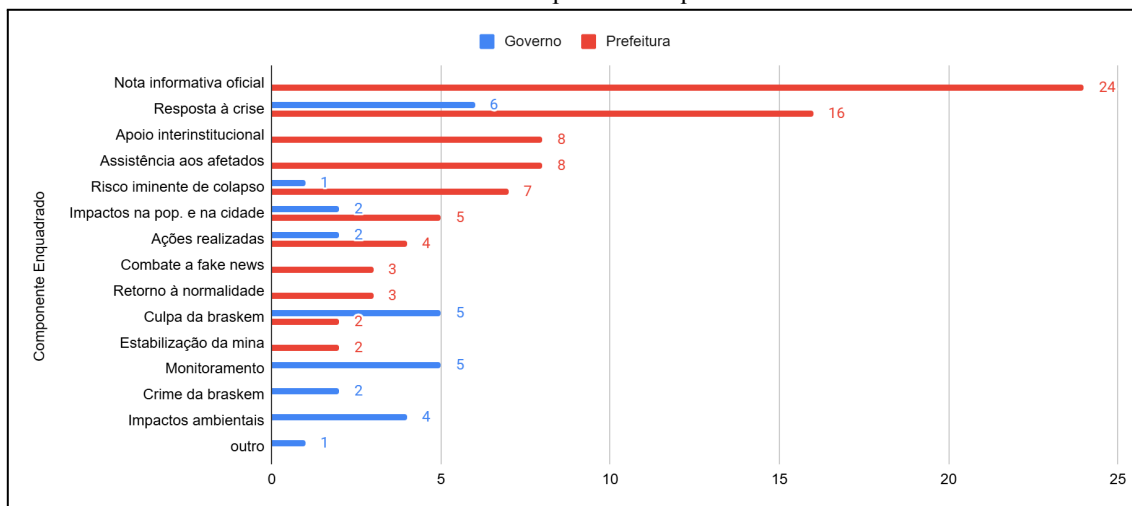
nas instituições. Os autores destacam que a CPE deve se distinguir da promoção pessoal ou partidária, ainda que essa prática ocorra com frequência.

A comunicação pública da Prefeitura é predominantemente instrumental, centrada na figura do prefeito João Henrique Caldas (JHC), cuja gestão tem priorizado o marketing político e a atuação nas redes sociais com uma postura influenciadora. Esse personalismo se reflete no expressivo aumento de recursos destinados à comunicação institucional, superando investimentos em áreas essenciais. Por outro lado, o Governo do Estado adota uma narrativa voltada ao desenvolvimento coletivo, com menor ênfase na figura do governador Paulo Dantas, embora também recorra a estratégias promocionais. A comunicação estadual prioriza dados e indicadores de desempenho, mas com pouca ênfase na dimensão qualitativa dos impactos sociais.

Ambas as gestões operam tensionando os princípios da comunicação pública, ora instrumentalizando-a para fins de autopromoção, ora recorrendo a formatos que limitam o diálogo e a participação cidadã. Essas diferenças comunicacionais tornam-se ainda mais visíveis diante da crise da Braskem, em que os discursos oficiais revelam conflitos políticos e disputas simbólicas entre as esferas municipal e estadual de poder.

As notícias publicadas nos sites da Prefeitura de Maceió e do Governo de Alagoas foram coletadas por meio da chave de busca “mina 18”. Ao todo, foram coletados 82 textos no site da Prefeitura e 28 no do Governo de Alagoas. Utilizamos os princípios da análise de conteúdo propostos por Maia et al. (2022), explorando principalmente o conteúdo dos textos, considerando o componente enquadrado nas notícias (GRAF. 1) e como qualificam o acontecimento.

Gráfico 1 - Componente Enquadrado



Fonte: Elaborado pelos autores

A análise das comunicações oficiais revela estratégias distintas entre a Prefeitura de Maceió e o Governo de Alagoas frente à crise da mina 18. A Prefeitura adotou uma postura mais técnica e informativa, com 24 "Notas Informativas Oficiais", além de liderar nos temas "Resposta à crise", "Apoio interinstitucional", "Assistência aos afetados", "Risco iminente de colapso" e "Impactos na população". Também foi a única a abordar "Combate a fake news" e "Retorno à normalidade", projetando-se como agente próximo e acolhedor da população. O Governo estadual, por sua vez, priorizou temas como "Monitoramento" e responsabilização da Braskem, com destaque para o uso dos termos "crime" e "crime ambiental", ausentes na comunicação da Prefeitura. Essa abordagem indica uma estratégia mais crítica e judicializante.

A Prefeitura evitou classificar explicitamente a crise, recorrendo a termos como tragédia e desastre em poucos textos, o que pode refletir seu alinhamento com a Braskem após o acordo firmado em 2023. Já o Governo utilizou termos mais fortes, como crime e catástrofe, evidenciando não só um posicionamento mais firme, mas também o embate político entre as esferas municipal e estadual. As diferenças não se limitam à linguagem, mas indicam disputas simbólicas e institucionais sobre a condução da crise: enquanto a Prefeitura privilegia a cautela e o apelo emocional, o Governo investe na responsabilização como estratégia de afirmação política.

Referências

- BUCCI, Eugênio. **O papel da comunicação pública na democracia**. In: MEDEIROS, M.; MAINIERI, T. (orgs.) Comunicação pública e cidadania: conceitos, desafios e enfrentamentos. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. p. 23-34
- MAIA, Rousiley; HAUBER, Gabriela; PAULA, J. **Análise de conteúdo**. In: MAIA, Rousiley (Org.). Métodos de pesquisa em comunicação política. Salvador: Edufba, 2022. p. 81-108.
- MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **Abordagens teóricas e definições mínimas na pesquisa em Comunicação Pública: construindo o conceito de Comunicação Pública de Estado**. ORGANICOM, Ano 21, n. 45, maio/agosto 2024.
- PIMENTA, Laura Nayara. **Comunicação pública, desenhos institucionais e gestão compartilhada: a interlocução entre poder público e cidadãos na proposta da Prefeitura de Belo Horizonte**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.